



6 de abril de 2018

Unidade na luta entre professores, estudantes e pais contra a reforma do ensino médio!!!

Contatos: www.pormassas.org
e-mail: por@pormassas.org

NESTA EDIÇÃO:

- Reajuste de 7% mantém a miséria salarial.
- Greve dos Municipais foi um exemplo de combatividade ao governo Doria/PSDB.
- Retomar o Comitê contra a repressão e perseguições políticas.

A reforma privatista do ensino médio causará desemprego em massa

No dia 03 de abril, o ministro da educação Mendonça Filho entregou ao Conselho Nacional de Educação a BNCC do ensino médio, que passará por consulta pública. Na verdade, o governo buscar respaldo dos explorados com debates nas escolas sobre o que já está decidido há tempos. Alega, utilizando-se dos indicadores, que o ensino médio está falido e precisa ser reformado. Que é preciso acabar com a evasão escolar. Para tanto, propõem eliminar disciplinas do currículo oferecendo apenas português e matemática aos estudantes. As doze disciplinas restantes serão concentradas em três áreas de conhecimento definidas como ciências humanas, ciências da natureza e linguagens e suas tecnologias. Além disso, para a parcela pobre será oferecido cursos técnicos profissionalizantes.

Diante do quadro de crise econômica que atravessa do país, de corte de recursos da educação com a instituição da Lei do Teto, a reforma do ensino médio visa apenas diminuir os gastos com a educação pública. De um lado, com o corte de disciplinas, imporá demissão em massa entre os professores. De outro, a juventude está sendo iludida com a falácia de que terá o direito de escolha sobre sua formação. Que poderá sair do ensino médio com uma profissão. Mas o que está colocado é a privatização dessa etapa de ensino. A entrega aos capitalistas que irão encher os bolsos de dinheiro. Por isso, é preciso retomar a campanha nas ruas contra a reforma do ensino médio. *Unidade na luta entre professores, estudantes e pais contra a reforma do ensino médio!!!* ■

NENHUMA CONFIANÇA NO GOVERNO! DERROTAR O CIS NAS RUAS!

No final de 2017, o governo Alckmin/PSDB iniciou a tentativa de implantação forçada da privatização das escolas estaduais. Através do CIS (Contrato de Impacto Social) selecionou 122 escolas da rede estadual para servirem de cobaias de laboratório ao seu teste privatista. Dessas, 61 escolas seriam consideradas de "tratamento" e outras 61 de "controle". As primeiras seriam controladas por uma ONG, que utilizará as segundas como espelho para provar que o projeto surtiu resultado. A partir daí o governo repassará um montante que poderá chegar a R\$ 18 milhões pelo serviço prestado. Esse projeto nada mais é que

uma imposição do imperialismo à educação pública das semicolônias. É financiado pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em parceria com a ONG britânica Social Finance e o Insper.

O *informa urgente* da Apeoesp, de 02 de abril, traz a notícia de que o governo suspendeu a implementação do CIS. Não podemos cair nessa armadilha. Esse projeto é uma exigência do imperialismo e será aplicado no D.O.E. deixa clara a intenção do governo: "de mais amplo debate quanto à sua oportunidade, conveniência e viabilidade. A retomada dos

estudos será deliberada pela nova gestão". Não há porque debater um projeto que pretende acabar de vez com o ensino público. O projeto deve ser rechaçado em sua íntegra.

Para barrar o projeto de fato, a classe deve seguir o exemplo da luta dos trabalhadores municipais contra a implantação do PL-621/16, de reforma da previdência. Em uma luta acirrada contra o prefeito Dória/PSDB, impôs uma derrota política histórica. Os professores da rede estadual devem utilizar o método da ação direta, nas ruas, para colocar abaixo o projeto de privatização da escola pública. *Nenhuma confiança no governo!*

Reajuste de 7% mantém a miséria salarial

O governador Alckmin/PSDB concedeu um reajuste miserável de 7% aos professores do estado. Essa medida com certeza faz parte de sua campanha eleitoral para Presidência da República. Quer manter os professores como potenciais eleitores à sua candidatura. No entanto, há quatro anos não sinaliza com qualquer aumento salarial. O valor salário mensal não passa de três salários mínimos, mesmo com esse reajuste. Barrou na justiça o aumento de 10,5% ao PEB I, que poderia ser estendido a todos. Assim, mantém a miséria salarial e quer sair com um saldo positivo do governo do estado. É preciso retomar a luta nas ruas por um salário que permita a manutenção do profes-

sor e de sua família. Que não precise ampliar sua jornada de trabalho em outras redes de ensino. Que não se destrua física e mentalmente. Para que isso aconteça é preciso retomar o movimento de luta nas ruas. Somente a retomada dos métodos de ação direta como as greves, manifestações, bloqueios, etc. poderá garantir um aumento salarial correspondente às necessidades da classe.

A Corrente Proletária defende o Salário Mínimo Vital, que pelos nossos cálculos corresponde a R\$ 4.600 para uma jornada de 20h. Defende, ainda, a Escala Móvel de Reajuste, que é a elevação do salário quando da elevação da inflação.

A greve e as gigantescas manifestações impuseram a derrota a Dória

Desde 2016 os servidores municipais estão sendo ameaçados de perder direitos com a Reforma da Previdência. Todos os prefeitos têm acatado as imposições do governo federal de aplicar a reforma em troca de renegociação da dívida. A proposta inicial de criar a previdência privada foi elaborada por Haddad/PT através do PL 261, chamado Sampaprev. Esse projeto foi rechaçado e retirado pelo prefeito em pela greve de 2016. Porém, foi reenviado Câmara de Vereadores ao final de seu mandato. Dória/PSDB, ao assumir a prefeitura, chegou cortando empregos e direitos dos servidores municipais. Apresentou um adendo ao PL 261, tornando-o confiscatório dos salários. Dependendo da faixa salarial, as alíquotas de desconto para o IPREM chegariam a 19%. A revolta foi geral dos servidores. A greve iniciou na educação e se alastrou para todos os setores. Foram 20 dias de combatividade e unidade. Paralisaram escolas inteiras, fazendo reuniões com pais, alunos e participando das manifestações massivas nas avenidas, em frente da Câmara, da Prefeitura e nos bairros. Após a repressão do dia 14/3 o movimento ampliou. A classe respondeu comparecendo massivamente às assembleias, chegando a 100 mil servidores exigindo a retirada do PL.

Dória fez duas propostas para tentar dividir o movimento: a primeira foi de retirar os 5% suplementares, ou seja, manteria o confisco de 14% para todos. A segunda foi de elevar o piso do Quadro de Apoio em até 24%. A classe não arredou o pé, enfrentou o governo e seus serviços em todos os lugares denunciando sua política de destruição dos serviços públicos. No 20º dia, mandou anunciar a suspensão do PL por 120 dias.

A vitória temporária foi comemorada pela classe. Porém, sabemos que o objetivo do governo é tentar recuperar seu controle sobre os vereadores e sobre a população com campanhas mentirosas.

Cada local de trabalho foi uma trincheira de luta. E manterá esse caráter porque a entrada do Vice, Bruno Covas, manterá a política de cortes de gastos e de direitos trabalhistas.

A luta do funcionalismo municipal indicou que somente a unidade dos setores oprimidos, com o método da ação direta, pode enfrentar os ataques dos governos ou patrões. Mas a derrota definitiva do governo depende da unidade do funcionalismo em nível nacional e as demais categorias em luta contra a Reforma da Previdência de Temer.

Cabe ao funcionalismo estadual retomar o método da luta nas ruas para derrotar a mesma política burguesa de retirada de direitos encarnada pelo governo Alckmin/Márcio França. Somente a unidade de todo o funcionalismo poderá enfrentar os governos que querem implantar as Reformas da Previdência, do Ensino Médio e Trabalhista. É tarefa das direções sindicais e da CNTE unificarem os movimentos.

Retomar o Comitê contra a repressão e perseguições políticas

Os governos do PSDB, de Covas a Alckmin, nunca foram democráticos com os trabalhadores. Na educação, pagam salários miseráveis, reprimem manifestações, não respeitam o direito de greve e punem os lutadores, seja com suspensão das atividades e corte de salários, seja com demissão. O julgamento é feito por uma Comissão Processante, formada por membros do próprio governo e montada com a finalidade de incriminar o servidor.

Não bastasse as demissões dos cinco professores da greve de 2000, agora são publicadas listas quase que semanais no D.O com nomes de servidores punidos.

No geral os processos são oriundos de conflitos entre os servidores e os diretores de escola. A base do conflito é a luta contra as medidas do governo que destroem o ensino. A perseguição política fica configurada através dos processos administrativos e criminais forjados pelos reacionários Dirigentes Regionais em conluio com os Diretores de Escola.

Não podemos aceitar nenhuma punição desses governos privatistas. É obrigação dos sindicatos e de toda vanguarda consciente organizar a luta contra as punições e perseguições como parte da luta pelas reivindicações da classe.

É preciso retomar o Comitê de Luta contra a repressão e perseguições políticas do PSDB e demais governos golpistas.